

The history of Social Work provided to the Portuguese Community in France since 1947

Notas para uma história da assistência social junto dos Portugueses de França desde 1947

Aníbal de Almeida*

ABSTRACT

The following communication was delivered as part of the seminar entitled «Social protection and migration» and the inauguration of the Aníbal de Almeida Archives Collection on 14 May, 2013 at the the Faculty of Social Sciences of the Catholic University of Portugal, Braga Regional Centre. It offers a valuable portrayal of social services provided to the Portuguese community in France since the end of World War II. Drawing on his professional experience as a social counselor of the Embassy of Portugal in Paris, the author addresses the different stages of migration policies in both countries, the living conditions of Portuguese immigrants and the role played by public and private institutions.

Keywords: social work, Portuguese emigration, France.

RESUMO

Intervenção proferida a 14 de maio de 2013, na Faculdade de Ciências Sociais (UCP-Braga), no âmbito do colóquio “Proteção social e migrações” e da inauguração do Arquivo Aníbal de Almeida, acervo que reúne uma valiosa documentação relativa à assistência social junto da comunidade portuguesa de França, desde o final da Segunda Guerra Mundial. A partir da sua experiência profissional enquanto conselheiro social da Embaixada de Portugal em Paris, o autor aborda as diversas etapas das políticas

* Sociólogo. Trabalhou em Paris na delegação do Secretariado Nacional da Emigração (1971-1994) e na Embaixada de Portugal (1994 - 2006). Foi ainda Provedor da Misericórdia de Paris até 2011.

migratórias de ambos os países, as condições de vida dos emigrantes portugueses e o papel desempenhado por instituições públicas e privadas.

Palavras-chave: assistência social, emigração portuguesa, França.

INTRODUÇÃO

A emigração laboral de Portugueses para França começou oficialmente com o acordo de 1916, no âmbito do qual partiram entre 15 e 20 000 trabalhadores. Além disso, alguns militares do contingente português, que participou na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), permaneceram em França a seguir ao armistício ou voltaram algum tempo depois de terem regressado a Portugal. Outros trabalhadores foram introduzidos por familiares, amigos ou por via oficial. Segundo dados dos recenseamentos gerais da população e do Ministério francês do Interior, os Portugueses residentes em França eram cerca de 11 000 em 1921, 20 000 em 1952 e 750 000 em 1972.

Terminada a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a França necessitava de mão-de-obra em abundância e disponível imediatamente para reparar os danos materiais e demográficos ocasionados pelo conflito para fomentar a indústria, a construção civil, os trabalhos públicos e a agricultura e para dar execução ao plano Marshall. O país entrava assim num período de pleno emprego que durou cerca de trinta anos e que ficou conhecido como *os trinta gloriosos*. O recurso à mão-de-obra estrangeira tornou-se indispensável e urgente, mas os países europeus – principais fornecedores no passado – também precisavam de se reconstruir e, por isso, suprimiram ou limitaram as saídas. É sobretudo o caso da Bélgica e da Itália, mas também, embora em menor grau, da Polónia e da Espanha.

Embora em número limitado, os Portugueses que trabalharam em França entre as duas guerras conquistaram a estima dos patrões que os consideravam: corajosos, assíduos e bons trabalhadores; pouco reivindicativos e sem tradição sindical; disponíveis para trabalhar além dos horários regulamentares (incluindo sábados e dias feriados) e pouco exigentes em matéria salarial. O patronato francês sabia que Portugal constituía uma importante reserva de mão-de-obra. Desde o início dos anos vinte, fazia pressão sobre os seus Governos para que negociassem um acordo bilateral de mão-de-obra. Portugal nunca recusou liminarmente, mas foi protelando a decisão desde o final da Primeira Guerra. Só em 1963 é que foi assinado um acordo que previa o envio de 65 000 trabalhadores por ano. Todavia, nunca foi aplicado.

1. DO SALTO AO REAGRUPAMENTO FAMILIAR

Na falta de acordo, logo a seguir à Segunda Guerra Mundial, as administrações competentes dos dois países, o *Office National de l'Immigration* (ONI) e a Junta de Emigração reforçaram o compromisso alternativo já praticado precedentemente, embora de modo mais informal. O serviço francês de Mão-de-Obra Estrangeira recebia os contratos de introdução de trabalhadores apresentados pelas empresas e encaminhava-os para o ONI que, por sua vez, os remetia para a Junta de Emigração, responsável pelo recrutamento em Portugal. Distinguiam-se duas modalidades de emigração. Por um lado, a **sazonal**, com duração de algumas semanas a vários meses, destinada sobretudo às fainas agrícolas (sementeira e sacha da beterraba para açúcar, colheita de frutas e de legumes, vindimas, podas..., etc.). Por outro, a **permanente**, que significava expatriação definitiva ou, pelo menos, de longa duração. E vigoravam dois tipos de contrato. O **anónimo** que indicava a actividade a exercer, identificava a entidade patronal, estipulava o vencimento e, eventualmente, referia outras vantagens em géneros e/ou numerário. O **nominativo** que continha os mesmos elementos que o anterior, mas identificava o trabalhador pretendido.

Em posse dos contratos nominativos, a Junta de Emigração convocava os titulares para uma visita médica nos seus serviços em Lisboa ou no Porto e, se não fosse detectada nenhuma das doenças eliminatórias, emitia o passaporte de emigrante. Dirigia o titular para a delegação do ONI a fim de recuperar o contrato, o bilhete de comboio até ao destino em França e um farnel para a viagem. Por seu turno, os contratos anónimos eram em muito maior número do que os nominativos, sendo a sua progressão foi constante. A Junta de Emigração rateava-os por diversos concelhos e as respectivas Câmaras Municipais divulgavam a informação e abriam as inscrições. Terminadas as inscrições, os inspectores da Junta de Emigração procediam à selecção, à qual se seguia a visita médica. Aos candidatos apurados, era emitido o passaporte de emigrante, com o qual iam aos serviços da delegação do ONI que lhes entregava os mesmos documentos que no caso dos nominativos e também o farnel.

As ofertas de emprego provinham sobretudo da agricultura, da construção civil, das obras públicas e da indústria. Todavia, o prazo entre a entrega do contrato em França e a chegada do trabalhador à empresa requerente era sempre demasiado longo. Por outro lado, dos contratos anónimos recebidos, apenas uma ínfima parte era satisfeita, apesar dos candidatos à partida serem muitos. Além disso, as empresas cujos pedidos não eram contemplados ficavam prejudicadas porque perdiam as taxas que pagavam ao Serviço de Mão-de-obra Estrangeira, aquando da respectiva entrega. Por isso, depressa se recorreu a outras soluções, particularmente à emigração clandestina, com passagem das fronteiras a “salto” e “passaporte de coelho”, como então se dizia. Sob a pressão do seu patronato, a França foi regularizando aqueles que chegavam ilegalmente, com frequência, sem nenhum documento de identidade ou com documentos traficados. Organizaram-se rapidamente

redes de aliciadores, de engajadores e de passadores, com ramificações através de todo o país, assim como em Espanha e em França.

O Governo português procurava, até certo ponto, reprimir a emigração clandestina – considerada como crime - mas sem sucesso. Os que partiam clandestinamente sabiam que não conseguiriam passaporte para poderem voltar a Portugal. Mas a situação de carência em que se encontravam e a esperança duma vida melhor eram tão fortes que nada os demovia. O movimento amplificou-se de forma incrível. Os dramas ocorridos durante o “salto” eram frequentes e, por vezes, dramáticos. Aliados aos passadores sem escrúpulos, alguns especuladores organizavam a exploração e o roubo durante a viagem e depois da chegada a França. Os órgãos de comunicação social franceses começaram a relatar casos dramáticos e intoleráveis, bem como situações de exploração atentatórias da dignidade humana. A população francesa comoveu-se. Ao domingo, os Portugueses juntavam-se no fundo das igrejas para assistir à missa, cada vez em maior número. O clero, as religiosas e os militantes, sobretudo da Acção Católica Operária, com a colaboração de militantes sindicalistas, começaram a organizar-se para alertar os poderes públicos e prestar apoio a esses Portugueses. A criação das ASTI (Associação de Solidariedade para com os Trabalhadores Imigrados), em 1965, é o exemplo mais flagrante.

A França não dispunha então de estruturas que permitissem acolher e apoiar esses emigrantes chegados de Portugal. As correntes migratórias europeias precedentes foram acompanhadas por Missões Católicas enviadas pelas Igrejas respectivas que se ocupavam do acolhimento, da defesa e do apoio aos seus nacionais. A Igreja portuguesa partiu do princípio que a emigração para França seria temporária. O primeiro missionário Português chegou a Paris em 1958 e, no ano seguinte, chegaram mais dois. No início dos anos 60, foi enviado mais um missionário para Lyon e outro para Clermont-Ferrand. Apesar de muitas solicitações de ordem social por parte dos Portugueses, estes cinco missionários não dispunham de condições para poder responder, como era o caso dos seus homólogos espanhóis, italianos e polacos.

Até 1963, a emigração portuguesa para França era constituída sobretudo por homens, mas nos anos seguintes a emigração familiar desenvolveu-se de forma regular. À medida que os “chefes de família”, emigrados com um contrato, conseguiam um alojamento e um emprego estável, faziam o pedido de reagrupamento familiar para as esposas que arranjavam facilmente emprego na qualidade de empregadas domésticas, nos serviços de limpeza ou mesmo na indústria. Mais tarde levavam os filhos. A partir de 1967, a Espanha e a França começaram a emitir salvo-condutos aos clandestinos portugueses. Apenas era preciso passar clandestinamente a fronteira portuguesa. No primeiro posto da *Guardia Civil* obtinha-se o salvo-conduto para atravessar a Espanha. A viagem fazia-se de comboio até Irun. Ao chegar do lado francês, na estação de Hendaye, os clandestinos eram encaminhados para uma sala onde lhes era entregue novo salvo-conduto, até à localidade de destino. A partir de então, quando não se conseguia a introdução em França da família através do reagrupamento familiar por via legal, havia recurso à passagem clandestina da fronteira portuguesa e obtenção dos salvo-condutos.

Em Portugal, os Decretos-lei de 21 Dezembro de 1968 e de 24 de Novembro de 1969 amnistiaram o crime de emigração clandestina, que passou a ser classificado como simples delito, punido com multa de 500 a 2 000 escudos e autorizaram a Junta de Emigração a emitir o passaporte de emigrante àqueles que se apresentassem nos seus serviços a requerê-lo, desde que tivessem o serviço militar em regra. Por seu turno, o decreto de 25 de Julho de 1970 atribuía competência aos postos consulares para arrecadarem as coimas que puniam o delito de emigração clandestina e emitirem o passaporte aos clandestinos. Aqueles que não tinham arriscado deslocar-se a Portugal para o pedir (a maioria) apressaram-se a ir aos Consulados, desde que souberam que já os emitiam. Depois desta amnistia que permitiu aos clandestinos obter o passaporte e fazer a respectiva inscrição consular, os pedidos de reagrupamento familiar explodiram. O número de mulheres e de crianças que entraram em França cresceu a um ritmo elevado nos anos seguintes: um pouco mais de 221 000 entre os meses de Janeiro de 1968 e Dezembro de 1973.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS E PAPEL DA IGREJA CATÓLICA

As necessidades em matéria de apoio e de assistência social encontraram-se assim substancialmente acrescidas. Aos problemas comuns a todos, já se juntavam os problemas específicos dos Portugueses em geral e dos clandestinos em particular, além dos assuntos com que era necessário preocupar-se nos dois países. Com a chegada das famílias, surgiram situações novas, a resolver com urgência, muito complicadas para quem não tinha o hábito de fazer tais diligências e não dominava a língua francesa. Entre outras, tratava-se, designadamente, das questões relacionadas com a escolaridade dos filhos, com as prestações sociais, com a assistência médica, com o alojamento, com a maternidade e com a adaptação a uma sociedade diferente.

Da parte da França, além do serviço de Polícia que emitia o título de residência e do de Mão-de-obra Estrangeira que emitia a autorização de trabalho, havia algumas associações reconhecidas de utilidade pública, designadamente o Serviço Social Norte Africano, o Comité Lyautey, o Socorro Católico e o Serviço Social de Ajuda aos Emigrantes. Mas essas instituições tinham como missão prioritária acolher, alfabetizar e apoiar as populações oriundas do Norte de África, então ainda pouco numerosas.

Na segunda metade dos anos sessenta, esses serviços e associações abriram-se à situação dos Portugueses e adaptaram a sua intervenção, de forma a poder apoiá-los. Para responder a esse novo desafio, uns empregaram portugueses, como foi o caso do Socorro Católico e do Comité Lyautey, que assegurava o acolhimento nas gares de Hendaye, Bordéus e Paris. Outros, como o Serviço Social de Ajuda aos Emigrantes, recrutaram intérpretes.

Devo referir que, em 1968, fiz uma viagem de comboio a Portugal com o Presidente do Comité Lyautey, Jacques Augarde, antigo ministro do Governo francês, para

tomar conhecimento das condições da viagem e das tentativas de exploração. Foi uma experiência única, rica de ensinamentos. Entrei com o passaporte de turista que ainda estava válido. Todavia, como era refractário, não podia obter a licença militar, indispensável para sair normalmente do país. Por isso, fui obrigado a passar clandestinamente para Espanha. Fui levado por caminhos do contrabando, próximos de Quadrasais. Ao chegar do lado espanhol, em Navas Frias, foi-me dado o salvo-conduto. Dali apanhei a carreira para Ciudad Rodrigo, onde esperei o comboio de emigrantes para Paris, no qual já se encontravam o Presidente do Comité Lyautey e a minha esposa, que tinham entrado na estação da Guarda. Em Navas Frias encontrei um grupo de compatriotas acompanhados pelo passador, cuja confiança consegui conquistar e que me prestou informações preciosas. Em Ciudad Rodrigo, havia muitos mais compatriotas que também esperavam o comboio. Pude conversar com eles e obter novas informações e novos testemunhos, o mesmo sucedendo no percurso até Paris. De regresso à capital francesa, o Presidente Augarde apresentou o relatório da viagem às autoridades francesas que aceitaram financiar a proposta de criação dum serviço de hospedeiras portuguesas nos comboios de emigrantes de Hendaye para Paris.

Do lado português, além das três Missões Católicas, cuja capacidade de intervenção era extremamente limitada, existia a Associação Nacional dos Portugueses em França (ANPF), criada em Julho de 1965, com o apoio do Governo Português e do Banco Franco-Português do Ultramar, que disponibilizou locais para funcionamento nas suas próprias instalações, Rue du Helder, em Paris. Publicava um jornal em língua portuguesa, o *Correio Português*. Os objectivos proclamados eram ambiciosos, mas os meios de que dispunha eram manifestamente insuficientes. Todavia, pouco depois da sua fundação, logo surgiram conflitos entre os membros dirigentes que originaram uma cisão, da qual nasceu uma Associação concorrente que editou o seu próprio jornal, o *Portugal Popular*. A acção que desenvolveram foi muito limitada e, já moribundas, foram dissolvidas pouco depois do 25 de Abril de 1974.

Os Consulados Portugueses não se preocupavam nem se ocupavam das questões sociais nem laborais. Limitavam-se a emitir os actos consulares previstos pela Convenção de Viena, excluindo os clandestinos por não possuírem passaporte e, por isso, não poderem fazer a inscrição consular. A Embaixada apenas intervinha em matéria de relações diplomáticas e não se sentia implicada nas questões referentes à emigração.

Em 1965, numa paróquia dos arredores do Sul de Paris, em Vitry sur Seine, um seminarista francês, a frequentar o último ano de Teologia, Roger Maksud, que falava fluentemente português, lançou uma folha com informações práticas, intitulada *Presença Portuguesa*. Em 1966, por iniciativa do Pe. Marie Jean Mossand, director do Serviço Interdiocesano dos Trabalhadores Imigrados (SITI), do arcebispado de Paris, essa folha transformou-se no *Jornal dos Portugueses em França – Presença Portuguesa*. Tanto pelo seu conteúdo, como pela sua divulgação e longevidade (1966 a 1996), esta publicação teve um papel preponderante na informação, formação e defesa dos Portugueses.

A *Presença Portuguesa* era uma publicação ecuménica, destinada aos emigrantes portugueses, divulgada através das paróquias e, portanto, lida a nível nacional. Teve uma função importante no relacionamento harmonioso dos Portugueses com a sociedade francesa e contribuiu de forma decisiva para o desenvolvimento de uma rede de sociabilidade comunitária que lhe permitiu ser considerada pelas autoridades oficiais como bem integrada. Tendo sido membro fundador da *Presença Portuguesa* e redactor até 1971, devo referir que, graças ao seu director, o Pe Marie Jean Mossand, foi possível estabelecer contactos com o organismo público francês que tinha a responsabilidade da imigração, a Direcção da População e das Migrações (DPM), de que resultou a realização de reuniões regulares com diversos organismos públicos e privados que se preocupavam com a problemática decorrente da emigração e apontavam soluções.

Em 1967, no âmbito dum acordo entre a Cáritas Portuguesa e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, foi enviada para a região parisiense uma equipa de três assistentes sociais (ligadas ao movimento internacional GRAAL). Por causa do reconhecimento dos diplomas e da sua intervenção em França, concluiu-se que deveriam actuar sob coberto da convenção de Viena, o que supunha a sua integração no Consulado Geral de Portugal. Ao chegarem a Paris, as assistentes sociais foram recebidas com a maior reserva e mesmo uma certa hostilidade por parte do Consulado. Não lhes foi apresentada nenhuma proposta de colaboração, nem local onde exercer a sua actividade. Ficaram conscientes de que não eram desejadas nem bem-vindas.

A então responsável da secção portuguesa do GRAAL, Dra. Maria de Lurdes Pintassilgo, enviou-me uma mensagem, pedindo-me para lhes prestar todo o apoio possível, o que fiz. Pu-las em contacto com diversos organismos franceses: Serviço Social de Ajuda aos Migrantes (SSAE), Coordenação do Serviço Social em Paris, Socorro Católico, Associações de Solidariedade com os Trabalhadores Imigrados e paróquias que apoiavam grupos de portugueses com actividades socioculturais e de solidariedade.

Passados meses, depois da intervenção da Cáritas junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Consulado acabou por lhes propor os locais vagos, situados no segundo andar dum prédio burguês da Avenue Kleber, perto da Place de l'Étoile. O Consulado tinha funcionado nesse local e foi obrigado a abandoná-lo, por decisão do tribunal, na sequência de uma queixa apresentada pela proprietária por causa dos distúrbios ocasionados pelos portugueses, cada vez mais numerosos a formar as filas de espera. Logo que teve conhecimento dessa decisão, a proprietária ameaçou com novo processo, caso voltasse a ser recebido público e informou que o correio seria devolvido ao remetente. No segundo ano, acabaram por se fixar em Puteaux, localidade limítrofe a Paris, num local que a paróquia tinha posto à disposição do grupo de portugueses e da ASTI local.

Em 1969, por decisão do Ministério das Corporações e Previdência Social, a Caixa de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, comprou um prédio na Passage Dombasle, destinado a acolher “um centro de informação e um serviço social”. No ano seguinte, o Conselho de Ministros de 2 de Julho aprovou uma Resolução cujo artigo 7º estipulava que “a

fim de intensificar a assistência aos emigrantes nos países de destino”, era necessário “criar Serviços sociais de protecção e informação”. Com base nessa Resolução, o Decreto-Lei n.º 402/70 extinguiu a Junta de Emigração e criou o Secretariado Nacional de Emigração, dotado de competência para estabelecer delegações no estrangeiro. No preâmbulo desse Decreto, lê-se que o Governo reconhece “a urgente necessidade de intensificar as medidas destinadas não só a procurar criar condições de fixação no País aos que dele possam pretender afastar-se - tantas vezes a caminho de amargas decepções, como ainda a disciplinar e canalizar as correntes migratórias, nomeadamente para as províncias ultramarinas, e a estabelecer toda uma rede de apoio aos emigrantes, onde quer que se encontrem.”

No que se refere à “rede de apoio aos emigrantes”, devo referir que o Secretário Nacional, Américo Saragga Leal, definiu uma política de emigração inovadora, ambiciosa e realista, incluindo em matéria de apoio aos emigrantes portugueses no estrangeiro. As assistentes sociais enviadas pela Cáritas Portuguesa, ainda em funções, foram integradas pelo Secretariado Nacional da Emigração e instaladas de novo na Avenue Kleber, enquanto aguardavam o fim das obras de renovação e adaptação no edifício adquirido pela Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, na Passage Dombasle.

Em 1971, foi criada em Paris a delegação do Secretariado Nacional de Emigração, com sede no edifício acima referido, cujo quadro de pessoal era composto por nove técnicos e auxiliares de serviço social, cinco técnicos de informação e animação sociocultural e seis agentes administrativos. Em França, foram ainda criadas as Delegações de Lyon, Marselha, Bordéus, Clermont-Ferrand e Toulouse, dotadas de dois elementos cada (uma técnica de serviço social e uma escriturária dactilógrafa) e assento nos Consulados de Portugal nas respectivas áreas.

A Delegação do Secretariado Nacional de Emigração em Paris desenvolveu um notório trabalho junto da Comunidade Portuguesa em França, graças ao apoio do Secretário Nacional que, do meu ponto de vista, foi o Governante que teve a visão mais justa e realista da emigração, promovendo uma política coerente que perdurou mas cuja continuidade foi declinando depois da extinção do Secretariado Nacional.

As principais áreas de intervenção da delegação de Paris eram as seguintes: acolhimento e acompanhamento social; defesa dos direitos; informação prática e simples sobre as questões e problemas com que os Portugueses se encontravam confrontados; animação cultural; apoio às associações; contacto e cooperação com os serviços e organismos oficiais franceses a que os Portugueses recorriam com maior frequência; participação na preparação das negociações com as autoridades francesas em matérias relacionadas com a Comunidade; promoção social e profissional; formação inicial e contínua e ensino da língua portuguesa.

Pouco depois do 25 de Abril de 1974, o Decreto-Lei de 3 de Junho criou a Secretaria de Estado da Emigração no Ministério do Trabalho que, no ano seguinte, transitou para o Ministério dos Negócios Estrangeiros. O Decreto-Lei de 30 de Dezembro de 1974 extinguiu o Secretariado Nacional de Emigração, criou o Instituto de Emigração e definiu as competências e atribuições da Secretaria de Estado da Emigração.

Em 1977, as assistentes sociais da delegação de Paris foram distribuídas pelos três consulados da região Ile-de-France (Paris, Versailles e Nogent sur Marne). Foi o princípio daquilo que a Comunidade Portuguesa denunciou como “o dismantelamento da Passage Dombasle”, a que os meios de comunicação social portugueses e também franceses deram grande relevo.

O Decreto de 20 de Agosto de 1980, criou o Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas que absorveu todos os serviços existentes e substituiu o Instituto de Emigração. Finalmente, o Decreto-Lei de 24 de Fevereiro de 1994 extinguiu esse mesmo Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas, que foi absorvido pela Direcção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP).

A partir do final dos anos oitenta, os funcionários do serviço de informação, de documentação e de animação cultural que ainda se encontravam na delegação de Paris foram sendo transferidos para os Consulados e a Embaixada. No final do primeiro trimestre de 1994, não restava ninguém. O edifício estava encerrado. Alguns anos depois, acolheu os serviços da Coordenação Geral do Ensino do Português em França.

PARA CONCLUIR

Ao longo dos anos, o apoio social à Comunidades Portuguesas no estrangeiro e, portanto, também em França, foi declinando progressivamente em consequência das mudanças sucessivas de orientação, da dispersão das equipas, das interferências partidárias, dos dirigentes pouco experientes e sem projectos realistas, hostis a propostas alheias.

Em França, os funcionários admitidos nos anos 60 e 70 foram chegando à idade da aposentação. Não houve substituição. Pode dizer-se que a assistência social junto dos portugueses em França acabou. No entanto, os novos emigrantes portugueses, hoje ditos cidadãos da Europa, chegam de novo. O seu número aumenta de ano para ano. Beneficiam da livre circulação dos trabalhadores. Muitos são qualificados e altamente qualificados, mas outros não o são ou são-no muito pouco. Não precisam de vir “a salto” como outrora. Mas, para muitos, a situação em que se encontram não difere. Por vezes, é mesmo pior.

Hoje é mais difícil conseguir emprego, dada a situação económica actual e a taxa de desemprego. E o alojamento, mesmo de má qualidade, é bem mais difícil de conseguir. Os alugueres tornaram-se inacessíveis e são necessárias garantias financeiras que um recém-chegado não tem para dar. E a exploração voltou. E são sobretudo compatriotas que continuam a praticá-la, embora sob formas diferentes: prestações de serviço, recrutamento por agências de trabalho temporário e outros intermediários, com promessas mirabolantes que à chegada ao destino se transformam em pesadelo. As situações dramáticas de que se vai tendo conhecimento aumentam em quantidade e gravidade. Mas não sabem onde nem a quem se dirigir para ter apoio e assistência. Cada dia traz eco de novas situações dramáticas.